



VII ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA ECONÔMICA



5ª CONFERÊNCIA

INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA



## O PROCESSO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS EMPREITEIRAS BRASILEIRAS, 1969-2010: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA<sup>1</sup>

Pedro Henrique Pedreira Campos

**Resumo:** O presente artigo pretende proceder uma análise quantitativa dos contratos firmados pelas empresas brasileiras de construção pesada no exterior desde o estabelecimento da primeira obra fora do país, em 1969, até o final do governo Lula. A partir do trabalho com informações como valores, quantidade, distribuição geográfica, empresas responsáveis e outros, verificamos que a maior parte dos contratos se encontra justamente nas regiões prioritárias de atuação da política externa brasileira, ou melhor, a América do Sul, seguidos pelos países do continente africano. O trabalho com os dados permite verificar também que esse movimento está intensamente concentrado em algumas poucas empresas nacionais, o que nos leva a concluir que o processo de transnacionalização é um movimento típico do grande capital brasileiro e que conta com forte suporte estatal.

**Palavras-chave:** multinacionais brasileiras; empreiteiras; internacionalização de empresas; indústria da construção pesada

**Abstract:** This article intends to perform a quantitative analysis of the contracts established by Brazilian heavy construction companies abroad since the establishment of the first work outside the country, in 1969, until the end of the Lula government. From the work with information as values, quantity, geographic distribution, and other responsible companies, we find that most of the contracts is precisely in the priority regions of action of the Brazilian foreign policy, or rather, the South America, followed by the African countries. Working with the data, we also show that this movement is heavily concentrated in a few national companies, which leads us to conclude that the process of internationalization is a typical movement of the great Brazilian capital, which counts with a strong state support.

**Keywords:** Brazilian multinational companies; contractors; companies internationalization; heavy construction industry

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de uma pesquisa que contou com o apoio financeiro da Faperj e do CNPq. Agradeço aos bolsistas Camila dos Santos, Nicolle Garcia Berti e Daniel Ignacio Matias Pereira pelo auxílio na coleta e processamento dos dados.



O presente artigo tem como objetivo proceder uma abordagem quantitativa sobre a atuação internacional das empresas brasileiras da indústria da construção pesada<sup>2</sup> desde 1969 até 2010. Desde o final dos anos 1960, as empreiteiras nacionais buscaram e estabeleceram contratos para obras públicas e privadas em outros países, sobretudo em mercados na América Latina, África e Oriente Médio e, depois, também na Europa e América do Norte. Os primeiros contratos assinados pelas construtoras brasileiras no exterior são datados do ano de 1969, o que explica a nossa escolha pelo início do recorte cronológico. Já o marco final do processo, o ano de 2010, justifica-se por ser o final do ciclo político do governo Inácio da Silva no Brasil, um período marcado por intenso incentivo à atuação dessas empresas no exterior. Por mais que tenha havido uma continuidade nessa política no momento logo posterior, na segunda década do século XXI, trata-se de um período político ainda incompleto e marcado por certos rearranjos na política externa brasileira e no incentivo à transnacionalização do capital doméstico. Daí a sua exclusão do recorte cronológico no presente ensaio.

Sobre o método quantitativo, é importante retomar certas recomendações traçadas por autores da História econômico-social. Assim, como bem lembra o saudoso professor Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Perez Brignoli, a introdução dos números e do método quantitativo pode enriquecer e facilitar a comprovação de certas leituras do processo histórico, dando maior grau de cientificidade e confiabilidade a certas conclusões tecidas, porém seu uso deve ser acompanhado de certas precauções. Isso porque os dados quantitativos não podem ser entendidos como um fim em si mesmo, mas dados dos quais se parte para realizar certas explicações e interpretações sobre a realidade<sup>3</sup>. São proveitosas também as recomendações de Pierre Vilar e Jean Bouvier<sup>4</sup>, que lembram que o uso de dados quantitativos não deve excluir uma leitura qualitativa do processo, tendo em vista uma perspectiva totalizante e que leve em conta a sua historicidade. Assim, ao analisar os dados acerca da internacionalização das empreiteiras brasileiras, relacionaremos esse

---

<sup>2</sup> A indústria da construção pesada é o setor econômico que abrange as empresas dedicadas às obras de infra-estrutura, comumente conhecidas como empreiteiras. Essas empresas são responsáveis por empreendimentos contratados preferencialmente pelo aparelho de Estado, realizando obras de transporte (rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes e viadutos), de energia (usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas de transmissão, subestações, dentre outras), de saneamento (estação de tratamento de água e esgoto, encanamento em vias públicas, emissários submarinos etc), de urbanização (vias públicas urbanas, calçamento, logradouros públicos e outras intervenções urbanas), obras industriais (plantas fabris, plataformas de petróleo etc), dutos (oleodutos, gasodutos, minerodutos e alcooldutos), além de portos e aeroportos. Muitas vezes, essas firmas também atuam em outros ramos da engenharia, realizando projetos de montagem industrial, montagem elétrica e edificações.

<sup>3</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os Métodos da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002 [1976]. p. 8; 300-1.

<sup>4</sup> Ver VILAR, Pierre. "Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores: história quantitativa ou economia retrospectiva?" In: VILAR, Pierre; MARCZEWSKI, Jean. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa: Presença, 1965; BOUVIER, Jean. "O aparelho conceptual em história econômica". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 135-61.



fenômeno histórico a questões como o sistema internacional, a política externa brasileira e o processo de acumulação de capital no Brasil e no mundo<sup>5</sup>.

### Sobre as fontes:

A documentação utilizada para o levantamento quantitativo do processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras é constituída majoritariamente de fontes primárias, derivadas diretamente do objeto de pesquisa. O principal conjunto documental trabalhado é composto pela revista mensal *O Empreiteiro*, fichada em suas edições desde seu lançamento, em fevereiro de 1968, até o final do ano de 2010, em um total de 493 exemplares. O periódico traz informações sobre o setor e sobre as atividades das empresas no exterior, inclusive os contratos e seus dados: ano de assinatura, valor, financiamento, país, órgão contratante, empresa contratada, regime do contrato, período de duração da obra, tipo de empreendimento, dentre outras informações. Em adição às informações à disposição na revista, acessamos outras fontes derivadas das empresas do setor, como as suas páginas eletrônicas, que trazem detalhes de suas obras no exterior<sup>6</sup>. Outra tipologia de fonte primária consultada é constituída pelas memórias de empresários e agentes associados ao processo de internacionalização dessas empresas<sup>7</sup>, que trazem alguns dados sobre o objeto em questão. Completamos esses documentos com outras fontes auxiliares, como

<sup>5</sup> Além das referências supracitadas, outros textos que discutem o método quantitativa em perspectiva histórica são os seguintes: DOSSE, François. "Historiador economista' ou 'economista historiador?'" *In: A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo / Campinas: Ensaio / EdUnicamp, 1992. p. 143-156; FURET, François. "História 'eventual' e história serial" (1972); "A história quantitativa e a construção do fato histórico" (1971). *In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 61-65; 73-91; CHAUNU, Pierre. "Os novos domínios da história serial" (1965). *In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). Teoria da História. op. cit.* p. 66-72; PRADO Jr., Caio. "História quantitativa e método da historiografia". *In: Debate e Crítica: revista quadrimestral das Ciências Sociais*. Nº 6, jul. 1975. São Paulo: 1975. p. 1-20; ARRUDA, José Jobson de Andrade. "História e crítica da história econômica quantitativa". *In: Separata da Revista de História*. Nº 110. São Paulo: USP, 1977. p. 463-481; GRENIER, Jean-Yves. A história quantitativa é ainda necessária? *In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (org.). Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: EdUFRJ / EdFGV, 1998; FRAGOSO, João Luiz Robeiro; FLORENTINO, Manolo. História econômica. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 27-43; HOBBSAWM, Eric J. "Historiadores e economistas: I"; "Historiadores e economistas: II". *In: Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 106-121; 122-137; SZMRECSÁNYI, Tamás. "Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo de história econômica". Araraquara: Unesp, 1999; CIPOLLA, Carlo M. *Introdução ao Estudo da História Econômica*. Lisboa: Edições 70, 1993; FONTANA, Josep. "A reconstrução II: a nova história econômica". *In: História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EdUSC, 1998. p. 187-201.

<sup>6</sup> São elas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS.

<sup>7</sup> São elas: MENDES, Murillo Valle; ATTUCH, Leonardo. *Quebra de Contrato: o pesadelo dos brasileiros*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004; PRADO, Lafayette Salviano. *Transportes e Corrupção: um desafio à cidadania*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; QUINTELLA, Wilson. *Memórias do Brasil Grande: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram*. São Paulo: Saraiva / Vigília, 2008; ODEBRECHT, Emílio. *A Odebrecht e a Privatização: pronunciamento de Emílio Odebrecht no Congresso Nacional*. S/l: s/ed, s/d [c. 1994]; GUEDES, Henrique. *Histórias de Empreiteiros*. São Paulo: Clube dos Empreiteiros, s/d [c. 1995]; SICEPOT-MG. *Rumo ao Futuro: a construção pesada e o desenvolvimento de Minas*. Belo Horizonte: Sicepot-MG, 2005; FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.



periódicos de grande circulação<sup>8</sup>, em matérias e notícias que tivessem relação com o assunto, e fontes secundárias<sup>9</sup> que traziam dados relevantes sobre os contratos das empreiteiras no exterior e a sua experiência nessas obras.

O processamento dos dados se deu com certas indagações colocadas às fontes, na busca de dados como: país onde foi estabelecido o contrato; local onde foi realizada a obra; empresa responsável pelo empreendimento; outras empresas presentes ou não dentro do consórcio realizador da obra; nome da obra; tipo de obra; características do empreendimento; valor da obra; data de estabelecimento do contrato; período de realização da obra; fonte financiadora do empreendimento; fonte de informação acerca dos dados arrolados a respeito do contrato. É importante salientar que a pesquisa está neste momento em uma etapa intermediária e temos ainda diversas lacunas acerca dessas informações. Sendo assim, apresentaremos dados que são preliminares e que não abrangem todas essas características do processo.

Com essa modulação, conseguimos arrolar um total de 404 contratos estabelecidos a partir de 1969, sendo que 368 deles foram assinados até 2010. Com isso, tivemos alguns resultados interessantes que indicam certas tendências do processo de internacionalização das empresas brasileiras, como principais locais de atuação das mesmas, o grau de concentração das obras no exterior em algumas poucas empresas brasileiras, o predomínio de certos tipos de obras em detrimento de outros na atuação internacional das empresas brasileiras, o grau de incentivo estatal brasileiro através dos financiamentos aos contratos e o percurso histórico do processo de transnacionalização das empresas brasileiras, identificando períodos de intensificação do processo e períodos de recuo do fenômeno.

### **Processamento dos dados - algumas tendências do processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras:**

A partir do tratamento quantitativo dos dados, verificamos certas tendências e características do processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras. Em primeiro lugar, analisemos a distribuição geográfica dos contratos por países:

---

<sup>8</sup> São eles: O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico e Le Monde Diplomatique Brasil.

<sup>9</sup> Em particular FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: PPGE/Unicamp, 1981; VIÉGAS, João Ricardo Rodrigues. *A Internacionalização Privada: as relações público-privadas na internacionalização das empreiteiras brasileiras entre 1974 e 1979*. Dissertação de mestrado em História das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Uerj, 2009; DANTAS, Ricardo Marques de Almeida. *Odebrecht: a caminho da longevidade sustentável?* Dissertação de mestrado em Administração. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007; CHAVES, Marilena. *A Indústria de Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.



Tabela 1 - Quantidade de contratos estabelecidos pelas empreiteiras brasileiras por país entre 1969 e 2010:

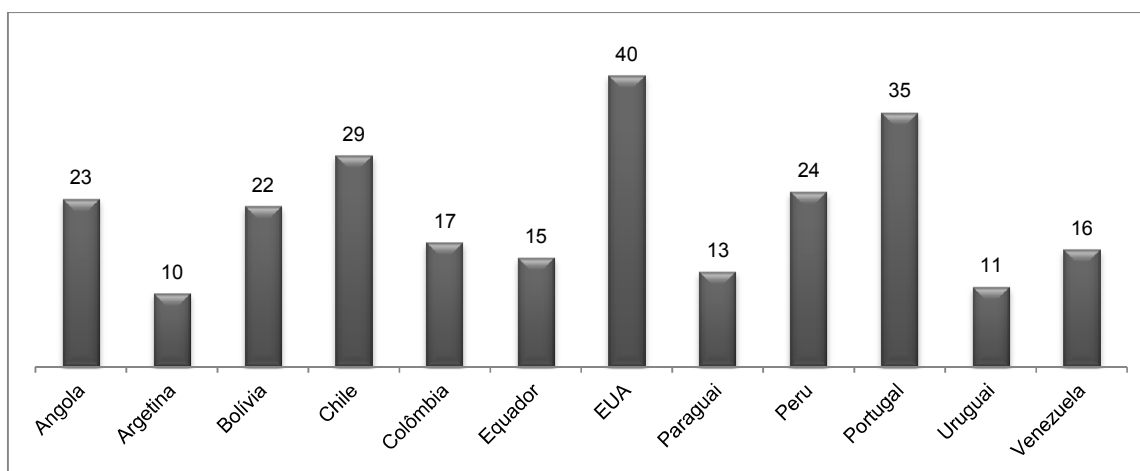
<b>País:</b>	<b>Quantidade de contratos:</b>
África do Sul	2
Alemanha	1
Angola	23
Arábia Saudita	1
Argélia	9
Argentina	10
Bahamas	1
Bolívia	22
Botswana	1
Cabo Verde	1
Camarões	4
Chile	29
China	4
Cingapura	1
Colômbia	17
Congo	3
Costa Rica	3
Cuba	1
Djibuti	1
Egito	1
Emirados Árabes Unidos	4
Equador	15
Espanha	2*
EUA	40
Guiné	2
Haiti	1
Índia	1
Inglaterra	3
Irã	2
Iraque	9
Laos	1
Líbia	8
Malásia	1
Mauritânia	6
México	9
Moçambique	5
Nigéria	2
Panamá	8
Paraguai	13
Peru	24
Portugal	35*
República Dominicana	7
Rússia	1
Santa Lúcia	1
Suazilândia	1
Suriname	1
Tanzânia	1
Trinidad e Tobago	1
Uruguai	11
Venezuela	16
Zaire	3
<b>Total: 51</b>	<b>Total: 369*</b>

\* São 368 contratos, porém um deles é o trem de alta velocidade entre Portugal e Espanha e foi contabilizado nos dois países, por isso um número a mais.

Vê-se com a tabela 1 que o movimento de mais de 40 anos das empresas brasileiras de construção pesada é bastante vigoroso, contabilizando um total de 368 contratos em 51 diferentes países do mundo, abrangendo todos os continentes habitados do planeta, com exceção da Oceania. Apesar do movimento ter um caráter aparentemente generalizado, despontam alguns países como os principais alvos da atuação das empreiteiras brasileiras:



Gráfico 1 - Países que tiveram mais de dez contratos das empreiteiras brasileiras, com quantidade:



Através do gráfico 1, podemos notar os países que constituem os principais alvos do processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras. É interessante notar a liderança do mercado norte-americano como principal país onde as empresas brasileiras estabeleceram quantitativamente contratos. O fato de ser um mercado aberto a empresas de outros países e de ter o maior mercado de obras de infra-estrutura do mundo contribui para isso. Porém, deve-se levar em conta também a intensa presença da empreiteira Odebrecht neste país, que tem um histórico de sucesso na realização de obras, em particular na Flórida e para as forças armadas norte-americanas. Assim, dos 40 contratos contabilizados por empreiteiras brasileiras no país, 31 correspondem a obras da Odebrecht.

A vice-liderança do mercado português também é um fenômeno que chama a atenção. Apesar de não ser um país que comporta um volume muito elevado de obras de infra-estrutura, o contexto de entrada do país na União Europeia - que ocorreu em 1986 - levou à realização de diversas intervenções em obras públicas no território português a partir de então. Nesse contexto, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht adquiriram construtoras locais e passaram a ter força naquele mercado, sendo importantes agentes da integração da infra-estrutura portuguesa à Europa. No ano de 1988, a Odebrecht incorporou a empreiteira portuguesa Bento Pedroso Construções (BPC) e, no mesmo ano, a Andrade Gutierrez absorveu a construtora Zagope, sendo que ambas já detinham um porta-fólio razoável de obras ativas no país. Assim, a presença das empreiteiras brasileiras no mercado português está concentrado nas ações das subsidiárias das duas construtoras brasileiras, que foram responsáveis por 33 dos 35 contratos assinados de obras de construtoras brasileiras no país. Além disso, o fato de ser este um país lusófono facilitou a entrada das empresas brasileiras,



que também têm intensa atuação em outras nações que têm o português como idioma, principalmente no continente africano.

Um aspecto significativo da distribuição geográfica dos contratos das empreiteiras brasileiras é a pouca expressão, mesmo recentemente, de suas ações nos mercados "emergentes" dos outros membros dos BRICS. Apesar de China, Índia, Rússia e África do Sul terem realizado nas últimas décadas diversos empreendimentos de infra-estrutura, o que verificamos é que as empresas brasileiras de engenharia pouco participam desse processo. Assim, até 2010 foram contabilizados apenas dois contratos assinados na RSA, quatro na China, um na Índia e mais um na Rússia, sendo que nenhum deles detinha grande expressão ou valor muito elevado. A explicação para tal fenômeno reside no fato de que esses mercados são bastante restritos para as empresas locais ou de países que detêm ali tradicional predomínio.

Além dessa característica, é possível notar que dos 12 países que contêm mais de 10 contratos de empreiteiras brasileiras, 9 são da América do Sul. Assim, apenas três deles são de fora dessa região, sendo um da América do Norte, outro da Europa e um terceiro africano. Nessa amostragem de 255 contratos (dos 368 totais) estabelecidos em países que contêm mais de 10 contratos de empresas brasileiras, 157 foram estabelecidos em países da América do Sul, ou 61,5% do total. Dentre os países da região, o que contabilizava até 2010 a maior quantidade de contratos de empresas de construção pesada brasileiras era o Chile, com um total de 29 projetos. De fato, o que se verifica é que, dentre os 11 países da América do Sul além do Brasil, todos têm ao menos 10 contratos com empreiteiras brasileiras, com exceção das duas Guianas independentes: o Suriname, onde foi assinado apenas um contrato até 2010, e a Guiana, país no qual não foi assinado qualquer contrato por parte das empreiteiras brasileiras.

Assim, na quantidade de contratos por continentes, verificamos o predomínio da América do Sul:



Gráfico 2 - Contratos das empreiteiras brasileiras por continentes/regiões (número de contratos):

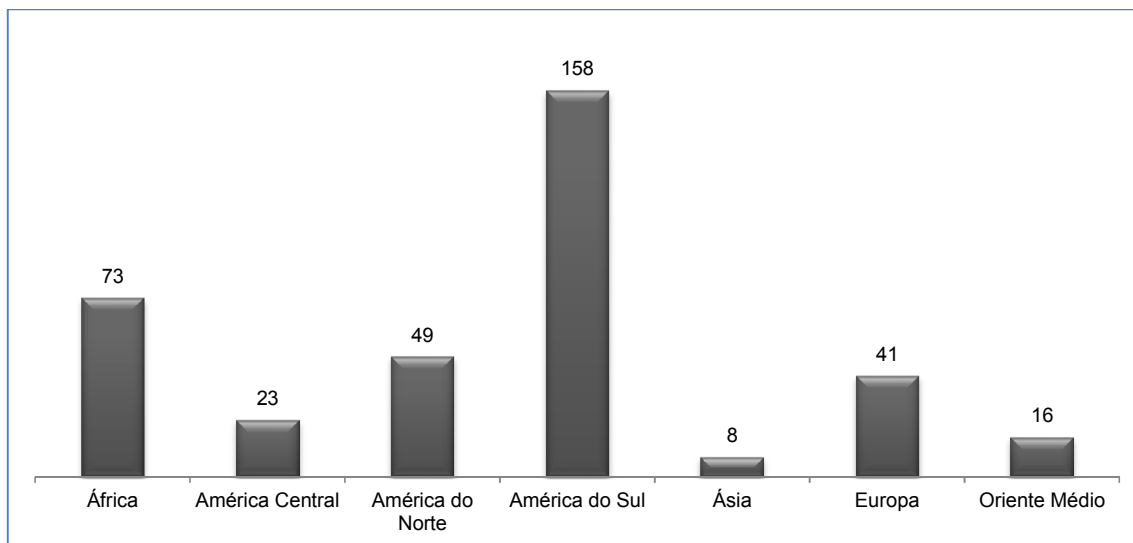
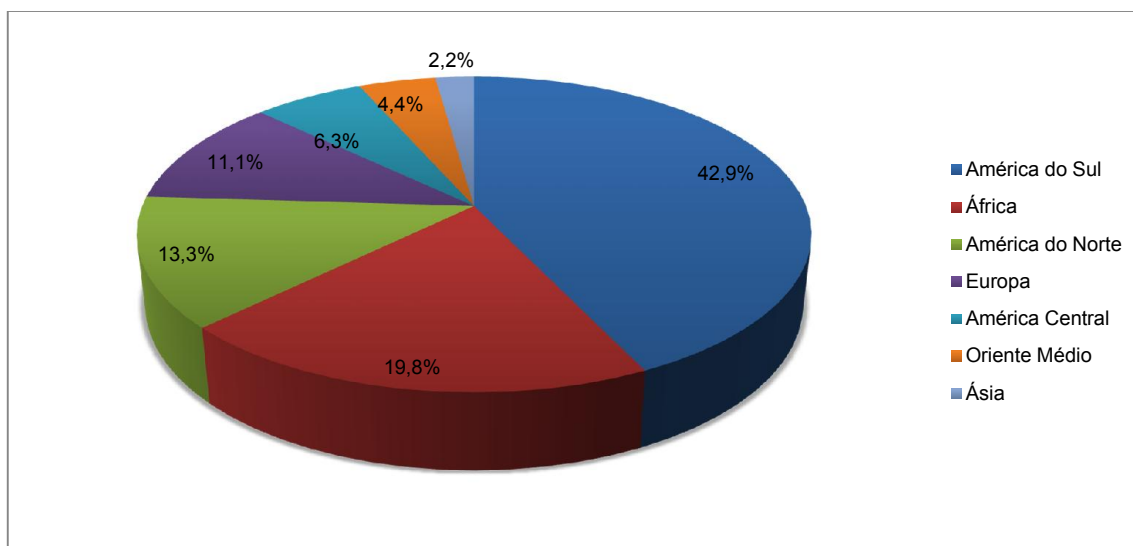


Gráfico 3 - Contratos das empreiteiras brasileiras por continentes/regiões (porcentagem):



Novamente o que se verifica é um predomínio da América do Sul, que contabiliza quase metade de todos os contratos das empreiteiras brasileiras no exterior. A África também tem destaque, figurando como a segunda região preferencial de atuação das empreiteiras brasileiras, com um total de 73 contratos, ou 19,8% de todos os contratos estabelecidos pelas construtoras nacionais alhures. Segue-se a América do Norte, que contabiliza basicamente os 40 contratos estabelecidos nos Estados Unidos e os 9 no México, inexistindo qualquer obra de empreiteira brasileira no Canadá. Já os dados sobre a Europa também podem enganar se for realizada uma





leitura pouco atenta dos mesmos. Isso porque dos 41 contratos estabelecidos no continente, 35 estão em Portugal, basicamente em ações das subsidiárias da Odebrecht e da Andrade Gutierrez no país. Assim, a entrada das empresas brasileiras no continente é altamente limitada por barreiras e mecanismos que impedem a sua inserção. Assim, não há qualquer obra de uma empreiteira brasileira em grandes e importantes mercados como o francês e o italiano, dadas as políticas protecionistas adotadas nesses e em outros países europeus. Outra região que apresenta dificuldades para as empreiteiras brasileiras é a Ásia, onde há reduzida presença das empresas nacionais. Já em relação ao Oriente Médio, apesar do número razoavelmente reduzido de contratos estabelecidos na região, estas costumam ser de elevado valor, o que faz com que a região figure como um mercado extremamente atrativo para as empreiteiras brasileiras.

Com isso, é possível perceber a proporção da presença das empresas brasileiras em cada continente através da tabela 2:

Tabela 2 - Proporção da presença das empreiteiras brasileiras em cada continente:

Continente:	Quantidade de países:	Países com contratos das empreiteiras brasileiras:	Proporção:
África	54	17	31,5%
América Central	20	8	40%
América do Norte	3	2	66,7%
América do Sul	12	11	91,7%
Ásia	50	8	16%
Europa	46	5	10,9%
Oceania	14	0	0%
<b>Total:</b>	<b>199</b>	<b>51</b>	-

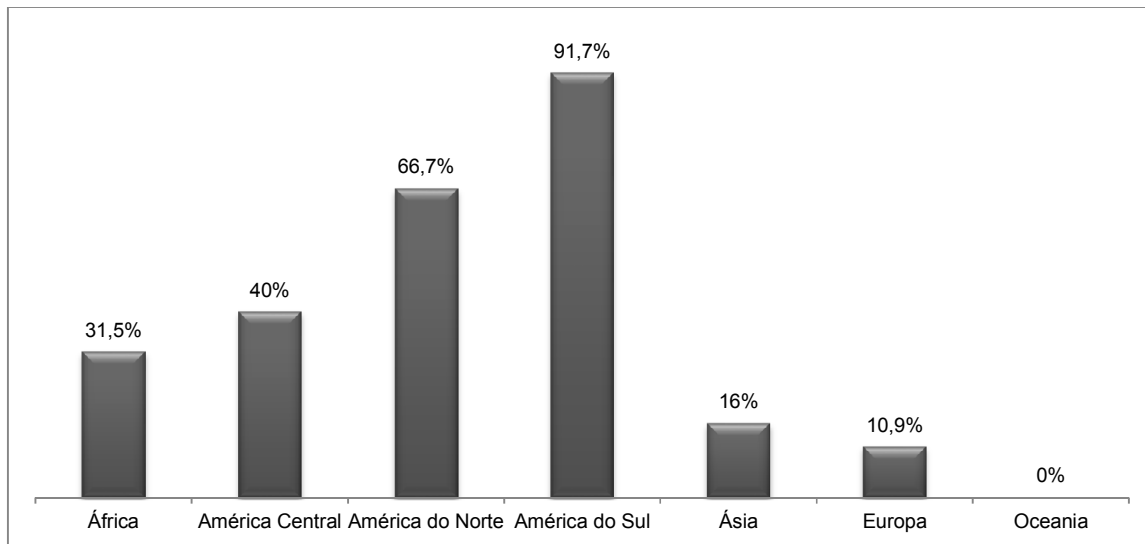
Fonte: Para os números de países por continente, foi consultado o portal do IBGE. <http://www.ibge.gov.br/> acessado em 10 de março de 2014.

Assim, pode-se verificar na tabela 2 e do gráfico 3 como a presença das empreiteiras brasileiras em regiões como a América do Sul, América do Norte, América Central e África é bem mais generalizada entre os diversos países do que em regiões como Europa e Ásia, onde a presença dessas empresas se restringe apenas a alguns poucos países.

Enfim, com esses dados é possível perceber que se o processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras é um movimento intenso, consolidado e que se verifica em vários continentes e países do mundo, ele tem por marca a alta concentração geográfica em algumas regiões e países, como a América do Sul, a África, a América Central, além dos EUA e Portugal. Apesar de a presença das empreiteiras brasileiras ser significativa nessas localidades, sua participação em mercados da Europa, Ásia e Oceania é praticamente nula.



Gráfico 4 - Proporção de países por continente onde há empreiteiras brasileiras com contratos:



Para além das características geográficas do processo de internacionalização das empresas brasileiras de construção, temos também questões de ordem histórica que afetaram o desempenho dessas empresas. Assim, podemos verificar através do gráfico 5 a trajetória da quantidade de contratos estabelecidos pelas empreiteiras brasileiras no exterior desde o seu início, em 1968, até o final do governo Inácio da Silva, em 2010:

Gráfico 5 - Contratos assinados pelas empreiteiras brasileiras no exterior, por ano:

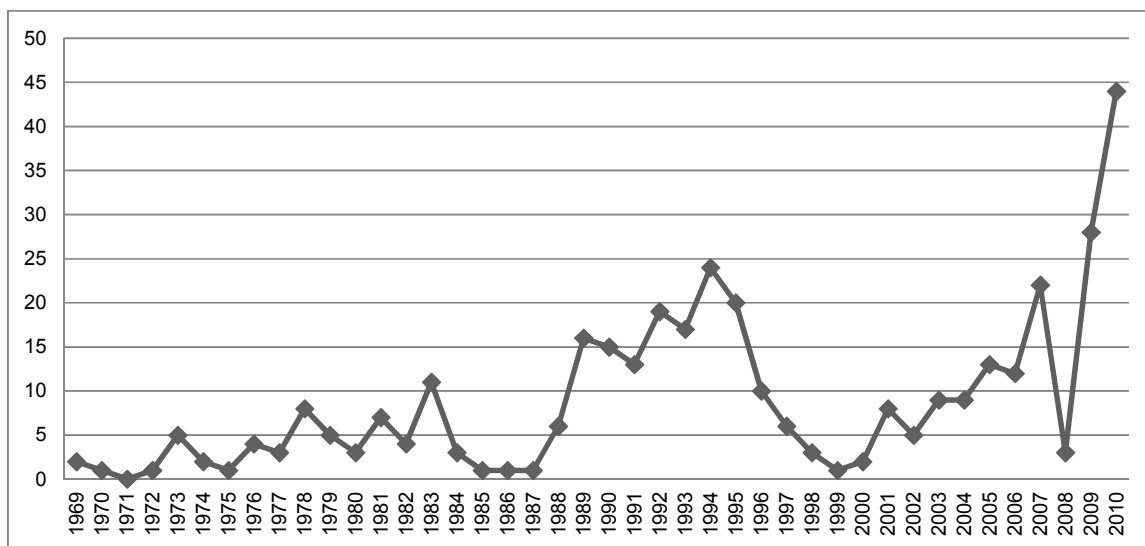


Tabela 3 - Contratos assinados pelas empreiteiras brasileiras no exterior, por ano:

Ano:	Quantidade de contratos assinados:
------	------------------------------------



1969	2
1970	1
1971	0
1972	1
1973	5
1974	2
1975	1
1976	4
1977	3
1978	8
1979	5
1980	3
1981	7
1982	4
1983	11
1984	3
1985	1
1986	1
1987	1
1988	6
1989	16
1990	15
1991	13
1992	19
1993	17
1994	24
1995	20
1996	10
1997	6
1998	3
1999	1
2000	2
2001	8
2002	5
2003	9
2004	9
2005	13
2006	12
2007	22
2008	3
2009	28
2010	44
<b>Total:</b>	<b>368</b>

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que nesses casos os dados não são totalmente confiáveis. Apesar de a maioria dos 368 contratos ter claramente indicado nas fontes trabalhadas o ano de assinatura, não conseguimos identificar essa informação em todos eles, de modo que agimos por dedução em alguns casos, visto que muitas vezes as empresas ou os periódicos trabalhados não indicavam exatamente o ano, mas em geral o período da obra e de estabelecimento do contrato.

Podemos verificar certas tendências nesse gráfico, o que se explica por fatores de ordem tanto doméstica como internacional, o que é plenamente razoável, visto que se trata da inserção internacional de empresas brasileiras, o que depende de condições internas e externas. Nos primeiros anos da transnacionalização das empresas brasileiras de engenharia, é possível verificar que o processo está em fase ainda nascente e são poucos os contratos estabelecidos anualmente no exterior. Assim, as empresas brasileiras faziam naquele momento suas primeira investidas no mercado externo e a quantidade de contratos estabelecidos anualmente é em geral baixa. Isso é a



marca dos 7 primeiros anos da série histórica, de 1969 a 1975, que representa também o auge histórico da demanda interna de obras públicas no Brasil e, mesmo assim, as empreiteiras brasileiras buscavam oportunidades no exterior. No âmbito externo, deve-se destacar - para compreender o início do processo de transnacionalização do setor - as independências na África e na Ásia, bem como as linhas de crédito do Bird e do BID com licitação internacional para obras na América Latina. Impulsionadas por esses dois fatores que as empreiteiras brasileiras obtiveram os seus primeiros contratos no exterior.

Porém, com o choque do petróleo de 1973 e a recondução das políticas domésticas do período Geisel de incentivo à exportação de manufaturados e de serviços e, principalmente, a partir da criação de mecanismos de política econômica de favorecimento das empresas de engenharia que atuassem no exterior a partir de 1975<sup>10</sup>, o que se nota é que o movimento ganha mais vigor a partir de 1976, o que tem continuidade até o ano de 1983. Apesar de ser um período de estagnação e até de retração da demanda interna de obras públicas, as empresas que estabeleceram contratos nos exterior foram justamente as maiores do país, que mantiveram um nível de atividades interna razoável no período, ancoradas nos grandes projetos da ditadura, ainda em andamento, como as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, as usinas nucleares de Angra e o projeto Carajás<sup>11</sup>.

Segue-se uma estagnação do movimento, entre 1984 e 1987, o que pode ser explicado pela recessão internacional e também pela estagnação da economia brasileira, que verificava no período diversas falências no setor de obras públicas e menor empenho estatal no suporte às investidas dessas empresas no exterior. A década de 1980 é marcada pela recessão no mundo e na América Latina, o que limitou a demanda de obras de infra-estrutura nos mercados de atuação principal das empreiteiras brasileiras.

Após esse ciclo de baixa das exportações de serviços de engenharia, a partir de 1988 se inicia um período extremamente vigoroso de expansão internacional das empreiteiras brasileiras, naquele momento já pilotado pela Andrade Gutierrez e pela Odebrecht - e não mais pela Mendes Júnior -, que inclusive realizam aquisições de construtoras no exterior e se estabelecem em mercados promissores, como Portugal e Estados Unidos. Entre 1988 e meados da década de 1990 encontramos um período em que anualmente são assinados mais de dez contratos, caracterizando o período mais rico de expansão internacional das empreiteiras brasileiras. Há de se levar em conta para esse sucesso a recuperação da economia internacional no final da década de 1980 e início dos

<sup>10</sup> Ver CAMPOS, Pedro Henrique P. "A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini". In: *Contra a Corrente*: revista marxista de teoria, política e história contemporânea. Vol. 2, 2010. p. 70-77.

<sup>11</sup> Para o contexto interno no período da ditadura, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "*Estranhas Catedrais*": as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, no prelo.



anos 1990, a abertura das economias do mundo no contexto do fim da Guerra Fria, a expansão do processo de integração econômica regional (União Européia e Nafta) e da mundialização do capital, e também os incentivos realizados pelo governo brasileiro à internacionalização das empresas e à maior competitividade das companhias domésticas. Trata-se de um período de baixo crescimento da economia brasileira e crise no setor de obras públicas, o que, no entanto, não é muito diferente do período logo anterior (pré-1988) e posterior (pós-1997). Enfim, o que parece explicar esse ciclo de expansão internacional das empreiteiras brasileiras no decênio 1988-1997 são as próprias condições conjunturais do mercado internacional, fator que vem associado ao fato de haver no Brasil grandiosas e experientes empresas de engenharia, que mantiveram o apoio estatal mesmo após o fim da ditadura.

Já a partir da segunda metade dos anos 1990, temos uma série de abalos econômicos internacionais e domésticos. A crise asiática de 1997, seguida pela crise russa de 1998 e a brasileira em 1999 desaquecem o mercado internacional de obras públicas e a força do movimento de internacionalização das empreiteiras brasileiras. A segunda metade do mandato do governo Fernando Henrique Cardoso é marcada por uma intensa recessão econômica que afeta as empresas brasileiras de engenharia e suas atividades no exterior. Assim, o período 1996-2002 é marcado por uma certa retração do processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, em função da deterioração das condições econômicas internas e externas.

O período posterior é o que trouxe os anos de maior quantidade de contratos assinados no exterior pelas empreiteiras brasileiras. O período Inácio da Silva (2003-2010) é caracterizado por uma recuperação da economia brasileira, por ser um momento de crescimento da economia mundial, liderado por novos pólos e por ser uma época de expansão das atividades das empresas brasileiras de construção pesada no exterior. Todo o crescimento dos BRICS no período, em especial da economia chinesa, se não gera oportunidades de obras diretamente nesses mercados específicos, impulsionou a realização de empreendimentos - em especial na área de logística - em regiões como a América Latina e a África. Há de se levar em conta também os projetos do IIRSA e a elevação dos preços do petróleo (em virtude das guerras norte-americanas no Oriente Próximo), que levaram ao aquecimento do mercado de obras públicas em países produtores, como a Venezuela, importante zona de atuação das empreiteiras brasileiras no período. Além do cenário positivo doméstico e externo, um fator decisivo para compreender esse movimento é o amplo suporte dado pelo aparelho de Estado e pelas políticas públicas para a atuação das empreiteiras no exterior. As linhas de crédito do BNDES e o suporte concedido pela diplomacia brasileira



potencializaram em muito a capacidade de atuação dessas empresas no exterior. Apesar do abalo da crise de 2008, que afetou imediatamente as ações internacionais dessas empresas, o que se verificou em seguida foi a intensa recuperação desse processo e a continuidade da expansão das atividades das construtoras nacionais em outros países, com recordes anuais na quantidade de contratos firmados no exterior.

Assim, notamos que fatores de ordem internacional e doméstica condicionaram a atuação das empreiteiras brasileiras entre 1969 e 2010. O suporte estatal e diplomático deve ser levado em conta para explicar a quantidade anual de contratos assinados, assim como as condições conjunturais do mercado e do sistema internacional. Verificamos também que - ao contrário do que indicam certas explicações<sup>12</sup> - não é o desaquecimento do mercado doméstico que leva as empresas para o exterior. Pelo contrário, o que notamos é que em épocas de aquecimento da economia brasileira, essas empresas ampliaram suas atividades no exterior e que períodos de retração econômica doméstica marcaram também momentos de baixa quantidade de contratos assinados pelas construtoras brasileiras em outros países. Pode-se perceber também que, a partir da década de 1980, quando já há um conjunto de grandes e experientes empreiteiras no Brasil e políticas em vigor de proteção e incentivo à atuação internacional dessas empresas, cada vez mais seu sucesso no exterior (medido, imperfeitamente, pela quantidade anual de contratos estabelecidos fora do país) vai depender mais de elementos conjunturais externos do que internos. Apesar de certas variações, essas empresas permanecem altamente capitalizadas e apoiadas pelo aparelho de Estado, independente da gestão política em vigor.

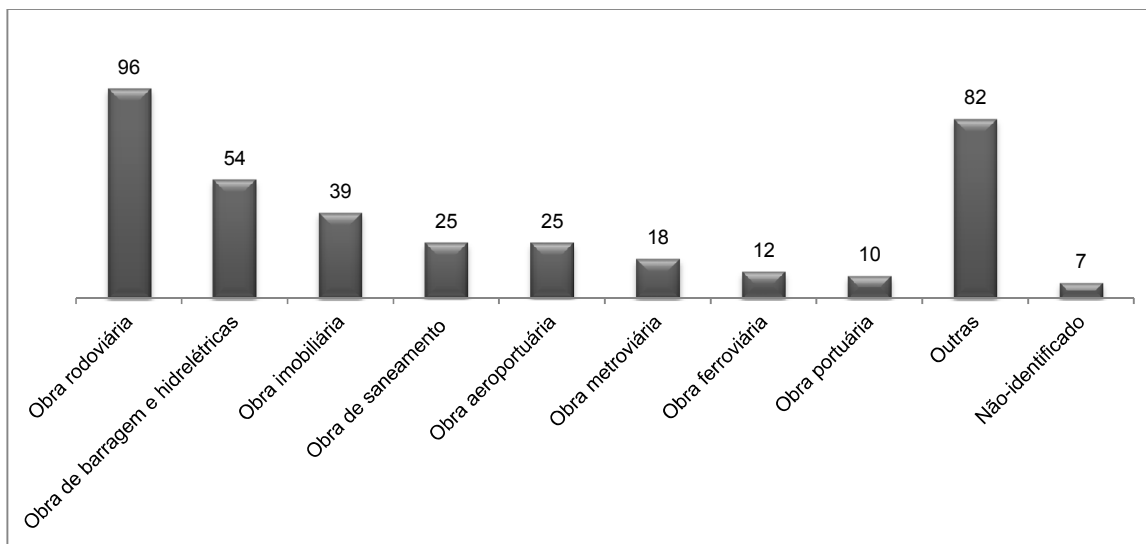
Em relação à tipologia de obras, temos algumas tendências interessantes a respeito do processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, conforme se verifica no gráfico a seguir:

---

<sup>12</sup> Em especial as apoiadas na obras de Ruy Mauro Marini. Para tal, ver principalmente MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.



Gráfico 6 - Contratos das empreiteiras brasileiras no exterior, por tipo de obra:



O que podemos notar com o gráfico acima é que as empresas brasileiras de engenharia atuam no exterior justamente no que elas dispõem de mais experiência no seu histórico progresso interno. Assim, elas realizam sobretudo obras rodoviárias e obras de barragens e hidrelétricas, que são justamente os empreendimentos nos quais elas mais atuaram no mercado doméstico e que correspondem inclusive ao modelo de transportes e energia que a economia brasileira tem como característica. Assim, as empreiteiras brasileiras parecem exportar o modelo de desenvolvimento posto em prática no Brasil desde meados da década de 1950 e que se configura com o padrão de transportes rodoviário e o modelo de geração de energia elétrica tendo por base as usinas hidrelétricas. Não se vê o mesmo vigor das empreiteiras brasileiras no exterior para realizar ferrovias, obras portuárias ou termoelétricas, visto que elas não dispõem da mesma experiência nesses nichos. Dentre as obras arroladas no gráfico acima como "outras", encontram-se diversos tipos de empreendimentos, como obras de urbanização, dutos, obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), estádios, obras industriais, instalações elétricas etc.

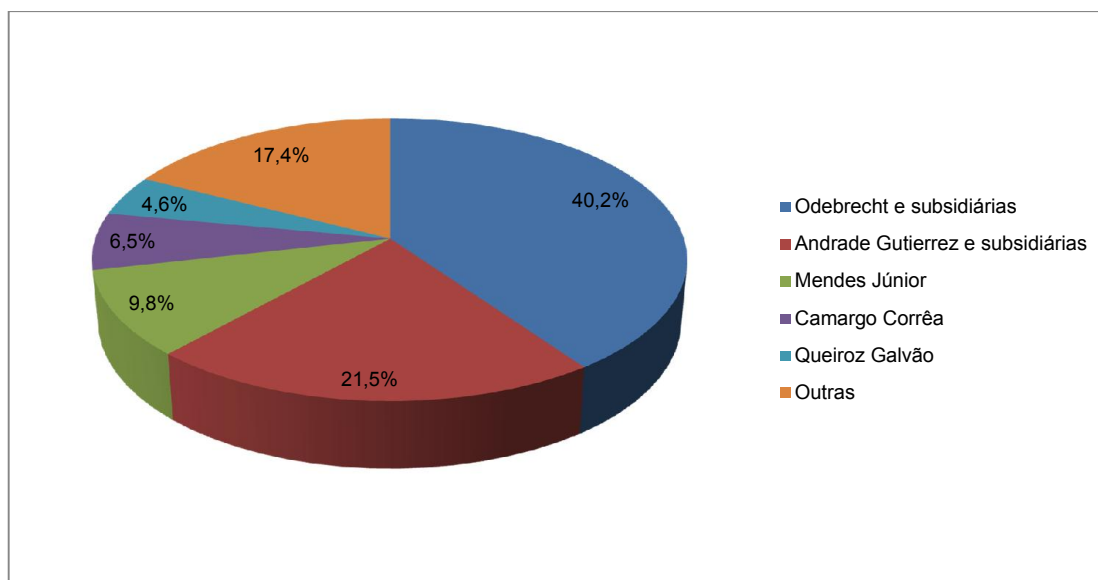
Por fim, para completar o quadro de tendências e características do processo de internacionalização das empresas brasileiras, é interessante notar a tabela 4 e o gráfico 6, no qual figura a concentração de empreendimentos no exterior por empresa realizadora:



Tabela 4 - Obras das empreiteiras brasileiras no exterior, por empresa:

Empresa:	Quantidade de contratos assinados:
Adolpho Lindenberg	1
Affonseca	3
Andrade Gutierrez e subsidiárias	79
ARG	2
Beter	2
Camargo Corrêa	24
Cetenco	1
Christiani-Nielsen	1
Coest	1
Concic-Portuária	1
Concisa	2
Coterra	1
Ecel	1
Ecisa	4
Edel	2
Engevix	5
Esusa	2
Etesco	1
Ferreira Guedes	1
Geotécnica	1
João Fortes	1
Maubertec	1
Mendes Júnior	36
Método	4
Metroeuropa	1
MRV	3
MVC	1
OAS	2
Odebrecht e subsidiárias	148
Parapanema	1
Queiroz Galvão	17
Rabello	4
Sage Vigesa	4
Servix	1
Sisal	1
Ster	2
WTorre	1
Não-identificado	5
<b>Total de empresas: 37</b>	<b>Total de contratos: 368</b>

Gráfico 7 - Obras das empreiteiras brasileiras no exterior, por empresa:







O que se percebe no processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras é um grau extremamente elevado de concentração. Assim, se ao menos 37 empresas brasileiras de construção pesada já tiveram contratos no exterior, apenas cinco detêm um total de 82,6% do seu montante entre 1969 e 2010. Um mesmo grupo, a Odebrecht e as suas subsidiárias, detêm mais de 40% da quantidade de todos os contratos estabelecidos por empresas de construção pesada no exterior. É importante notar que no início do processo, nos anos 70, várias empresas realizaram obras no exterior, como Rabello, Esusa, Ecisa, Affonseca e outras que foram à falência e que não atuam mais fora do país. Ou melhor, boa parte dessas empresas que corresponde aos 17,4% do mercado externo de engenharia não atua mais no exterior e o mercado ficou cada vez mais concentrado em apenas 5 empresas, que hoje abocanha praticamente todos os contratos assinados no exterior.

Assim, pode-se perceber que o processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras não é só um movimento generalizado entre empresas de variado porte que atuam no setor de construção pesada no Brasil. Pelo contrário, trata-se de um movimento típico do grande capital, capitaneado pelas empresas que são justamente líderes no mercado doméstico de obras públicas<sup>13</sup>.

Com essas tabelas e gráficos, tentamos apontar as principais características e tendências do processo histórico de transnacionalização das empresas brasileiras de construção pesada. Vejamos agora como podemos explicar esse fenômeno.

#### **Em busca de uma explicação:**

Os dados manuseados na presente pesquisa têm reafirmado as hipóteses com as quais já vínhamos trabalhando. Sem ignorar as explicações para o fenômeno, como a tese do subimperialismo brasileiro, compreendemos que a explicação dada por Ruy Mauro Marini e seus adeptos não é suficiente para explicar o fenômeno da internacionalização das empresas brasileiras. Isso porque não é a estreiteza do mercado que explica a atuação das empresas no exterior, mas a própria experiência e alta capacidade de capital que elas desenvolveram no Brasil antes e, principalmente, durante a ditadura civil-militar (1964-1988). Assim, essas empresas atuam em diversos ramos econômicos no mercado doméstico e são capazes, por seu porte e experiência técnica, de realizar obras no exterior. Esse movimento é escorado em um amplo suporte e favorecimento estatal, o que se dá principalmente em regiões geográficas prioritárias da política

---

<sup>13</sup> Assim, na lista de maiores empreiteiras de 2010 do Brasil da Revista O Empreiteiro, a Odebrecht figurava em primeiro lugar, seguida pela Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez e a Queiroz Galvão, justamente 4 das 5 maiores multinacionais brasileiras da engenharia. Já a Mendes Júnior, que encarou um processo de falência nos anos 1990 constava em 10º lugar.



externa brasileira, as quais a atuação do país se pode fazer presente com mais força e intensidade, como a América do Sul e a África, principalmente a subsaariana.

Assim, com os dados trazidos na pesquisa, reafirmamos<sup>14</sup> que temos no Brasil um capital de tipo monopolista e internacional, que não só exporta capitais como parece também ter grande relevância na determinação da pauta das políticas públicas domésticas e a política externa. O posicionamento internacional do Estado e dos capitais brasileiros não deve ser lido mais dentro dos primados do subdesenvolvimento, da plena dependência ou subordinação no sistema interestatal capitalista contemporâneo. O padrão de acumulação de capital no Brasil e o porte monopolista de certos grupos domésticos apontam mais para uma relativa autonomia do Estado e dos capitais brasileiros, em uma situação de dependência complexa, na qual o país permanece com certa subordinação econômica em relação aos pólos centrais do sistema internacional, porém se porta como uma potência "imperialista" sobre outros países (como os da América do Sul e, em menor escala, do continente africano), onde o Brasil se apresenta com tecnologia superior, manufaturados e capitais para exportar e agente ativo de acordos verticais de cooperação<sup>15</sup>.

É interessante notar como parece que esse movimento de expansão internacional desses grupos se dá em paralelo e relacionado à ampliação do seu poder e suas áreas de atuação no cenário doméstico. Assim, é justamente no governo Inácio da Silva, quando essas empresas ampliam a sua atuação no exterior, que elas conseguem importantes concessões, injeções de capital e contratos para realização de obras no próprio território brasileiro. Projetos como os estádios da Copa do Mundo, as instalações das Olimpíadas, as grandes usinas hidrelétricas do Madeira e de Belo Monte, as profundas intervenções urbanas nas maiores cidades brasileiras e os projetos militares do período não se deram em prejuízo às atividades dessas empresas no exterior. Pelo contrário, elas ampliaram seu poder econômico e político simultaneamente no ambiente doméstico e no mercado externo, garantindo a esses grupos um poder central dentro da condução da coisa pública no Brasil recentemente. A dominação do capital monopolista internacional parece se transfigurar com o predomínio desses grandes conglomerados privados que pautam ao mesmo tempo a política doméstica e a agenda internacional do país<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> conforme indicamos originalmente em CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado brasileiro, 1964-1985". In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Vol. 21, nº 1. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2013. p. 135-152.

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, GARCIA, Ana Elisa Saggiore, *A Internacionalização das Empresas Brasileiras durante o Governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de doutoramento em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

<sup>16</sup> Tal como assinalou Virgínia Fontes em *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010. p. 303-350.